

PARQUE URBANO DA PAZ: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CONCEITO NO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA

SÔNIA PEIXOTO¹

MARTA IRVING²

ANA PAULA LEITE PRATES³

IARA VASCO FERREIRA⁴

Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar e discutir um novo conceito, o de Parque Urbano da Paz, em construção no Parque Nacional da Tijuca. A proposta teve como inspiração o olhar sobre a realidade local, constituída por um patrimônio natural de grande importância para a conservação, sob forte pressão urbana e associada a um contexto de conflito, violência e exclusão social. Sob essa ótica, uma unidade de conservação pode representar um mecanismo essencial para a discussão de cidadania e para uma reflexão ética sobre desenvolvimento e conservação ambiental na lógica da sustentabilidade.

Palavras-chave: parque nacional, Tijuca, paz, inclusão social, sustentabilidade

Abstract

The present work aims to present and discuss a new concept, Peace Urban Park, in phase of elaboration for the Tijuca National Park. The proposal was inspired by the direct observation of the local reality, characterized by an important natural patrimony but also associated to strong urban pressure, conflict, violence and social exclusion. In this context, a protected area could represent an important mechanism for the discussion of citizenship and ethical reflection about development and environmental conservation in the framework of sustainability.

Key Words: National park, Tijuca, peace, social inclusion, sustainability

Introdução

As áreas protegidas constituem-se em um dos mais bem sucedidos instrumentos de conservação da biodiversidade. No entanto, seus benefícios diretos aos seres humanos vão muito além daqueles oriundos da conservação *in situ*. Podem ser citados como exemplos: a conservação dos recursos hídricos; das belezas cênicas; a proteção dos solos evitando e controlando a erosão; o assoreamento dos rios e represas, mantendo regular a vazão dos rios etc; a proteção de sítios históricos e/ou culturais; a manutenção e produção da fauna silvestre; a disponibilização de oportunidades de recreação em contato com a natureza; a geração de conhecimentos por meio da educação ambiental; o manejo dos recursos florestais; assegurar a qualidade do ar e da água; e ordenar o crescimento econômico regional (organizando e enfocando todas as ações do desenvolvimento integral rural e urbano, pela geração de oportunidades estáveis de emprego e renda), bem como de economias locais sustentáveis.

Neste contexto, os Parques Nacionais assumem uma enorme impor-

tância ao conjugarem diversos objetivos, entre eles a melhoria da qualidade de vida das comunidades que vivem no seu entorno e se beneficiam diretamente de seus atributos naturais e cênicos (IUCN, 1999).

Em países em desenvolvimento, os parques nacionais urbanos representam áreas protegidas de extrema vulnerabilidade com relação à sua base de recursos naturais e, frequentemente estão associados a contextos sistemáticos de violência e risco, motivados pelas questões de exclusão social e pelas pressões urbanas para uso do solo.

Este quadro de vulnerabilidades tende a delinear novas demandas para a gestão, com enfoque nitidamente ético e social. Em áreas de violência e risco, a estratégia de conservação dos recursos naturais emerge, muitas vezes, como uma alternativa para a construção de cidadania e capital social. Ressalta-se, ainda, que a gestão da biodiversidade, nesse caso, será pouco eficiente se não forem considerados novos valores em sua prática, principalmente no que diz respeito aos novos conceitos de participação e controle social.

Um dos poucos exemplos de Parques Nacionais totalmente situados em malha urbana, o Parque Nacional da Tijuca, no estado do Rio de Janeiro, sofre com a problemática de

¹ Bióloga, Chefe do Parque Nacional da Tijuca, IBAMA, soniapeixoto@terra.com.br

² Bióloga, PhD., Programa Eicos/Universidade Federal do Rio de Janeiro, mirving@unikey.com.br

³ Engenheira de Pesca, PhD, Ministério do Meio Ambiente, ana-paula.prates@mma.gov.br

⁴ Socióloga, MSc., Ministério do Meio Ambiente, iara.vasco@mma.gov.br

pressão urbana associada à violência. Apesar de conter símbolos emblemáticos como o Cristo Redentor, o seu ícone mais conhecido e cartão postal do Brasil, representa também uma área de grande tensão social, tendo em vista a lógica de ocupação do entorno, que privilegiou a coexistência de residências de baixa renda e de moradias de luxo.

Por outro lado, na cidade do Rio de Janeiro, as áreas de encosta foram historicamente ocupadas por moradias de populações de baixa renda, sendo submetidas com frequência, ao controle do tráfico de drogas. Além disso, a Floresta da Tijuca representa rota privilegiada da cidade e em seu perímetro são sistematicamente registrados casos de violência, gerando um sentimento de intranquilidade entre a população do entorno, visitantes regulares e turistas.

Sendo assim, novas estratégias vem sendo desenhadas para a gestão da área protegida visando associar o simbólico relacionado ao Parque Nacional em uma nova perspectiva que traduza uma abordagem humanizante e solidária que promova benefícios ambientais e sociais. É neste sentido que surge o conceito de Parque Urbano da Paz. Deste modo, o trabalho objetiva discutir um novo conceito, em construção no Parque Nacional da Tijuca, que poderá ser aplicado e inspirar estratégias com esse objetivo nas demais unidades de conservação situadas nos grandes centros urbanos do país.

O paralelo entre natureza e violência urbana

Os índices de violência e criminalidade são fatores importantes para o desenvolvimento sustentável e a preservação das áreas naturais protegidas por conta de acarretarem altos custos sociais, econômicos e ambientais. O trabalho realizado pelo ISER (2000) afirma que *“a maioria dos crimes cometidos ocorre em regiões de alta concentração de habitantes com condições precárias de qualidade de vida. A proporção de habitantes que moram em municípios de mais de 100 mil habitantes é a variável que mais correlaciona com taxas de homicídios estaduais no Brasil. Dentro do estado do Rio*

“ O Mapa de Violência no Brasil revela um crescimento anual de 5,5% na ocorrência de crimes como homicídios... ”

de Janeiro, a proporção de habitantes que moram em área urbana é a variável que apresenta maior impacto na taxa de homicídios municipal. Estas relações se mantêm mesmo após controlar o efeito de renda, a desigualdade e a educação, mostrando que a urbanização parece ser um dos fenômenos principais para explicar as elevadas taxas de homicídio no Brasil.”

Ainda, segundo o referido trabalho, as Áreas de Planejamento Municipais (APs) que circundam o Parque Nacional da Tijuca (Zona Sul, Zona Norte, Barra da Tijuca e Jacarepaguá) apresentam, somadas, a taxa de 200,5 homicídios por cem mil habitantes/ano, sendo que as duas restantes somadas apontam para a metade da taxa verificada. Esse dado nos remete as situações verificadas em conflitos armados entre civis ou estados de guerra entre países onde o número de mortos nos traduzem a realidade dessa violência. Em áreas transfronteiriças onde países, historicamente, encontram-se em guerra, o conceito dos “Peace Parks” vem sendo empregado como forma de minimizar esses conflitos, protegendo a biodiversidade ao tempo em que se trabalha a aproximação dos povos (Marincic, 2003).

O Mapa de Violência no Brasil, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO, 2004), abordando juventude, violência e cidadania, revela um crescimento anual de 5,5% na ocorrência de crimes como homicídios no Brasil, aumentando para 54,5% em 2002, contra 30% em 1980, sendo o país o quinto no ranking de homicídios de jovens.

Ainda de acordo com a pesquisa, o estado do Rio de Janeiro ocupa agora o primeiro lugar no ranking de

homicídios no país, com as taxas subindo de 50,9 em 2002 para 56,3 em 2004, por cem mil habitantes, com crescimento de 10,6% comparando-se os períodos. A Cidade do Rio de Janeiro apresenta taxa de 64,2 cem mil habitantes, em quarto lugar entre as regiões metropolitanas do país.

No entorno do Parque Nacional da Tijuca encontram-se 43 assentamentos de baixa renda (favelas) circundando a unidade, algumas das quais apresentando altas taxas de homicídios aliadas a diminuição da renda *per capita* em 2,2%, e ao desemprego girando em torno dos 3,5% (ISER, 2001).

Constata-se que o crime organizado já se encontra instalado nas favelas. Em cada uma delas os chefes do tráfico de drogas comandam verdadeiros “exércitos” de jovens. Os criminosos lucram milhões com a venda ilícita e dispõem de granadas, sofisticadas metralhadoras e eficiente equipamentos de comunicação. A situação é tão grave que o Governo Federal analisa o uso de tropas federais no Rio de Janeiro, como ocorreu na Conferência Mundial do Meio Ambiente em 1992 e o Ministro da Justiça, em entrevista, declarou que “a medida pode ser precisa porque a guerra entre os traficantes se assemelha a uma situação de guerrilha urbana”, conforme divulgado nos veículos de comunicação nacionais e internacionais (www.dnoticias.com.br).

A situação de violência na cidade se reflete na consecução dos objetivos de manejo, não só do Parque Nacional da Tijuca, mas também nas demais unidades de conservação estaduais e municipais inseridas na malha urbana da cidade do Rio de Janeiro, destacando-se o Parque Estadual da Pedra Branca e o Parque Municipal do Mendanha. Alguns projetos de integração com as comunidades do entorno se iniciaram demonstrando ser possível a conversão de iniciativas conservacionistas para o bem estar social, estabelecendo o início da factual relação entre a natureza e paz.

O Conceito de Parques da Paz

De uma maneira geral, o conceito de Parques da Paz surge a partir da

noção de cooperação para a paz em áreas de fronteira e são diversas as iniciativas em curso, de abrangência mundial, envolvendo a interação permanente e a cooperação entre áreas protegidas divididas por fronteiras. Da mesma maneira, sempre parece ter havido o reconhecimento de que essas áreas têm um simbólico valor para a paz e para a ação conjunta de conservação.

Na publicação "Transboundary Protected Areas for Peace and Cooperation" é apresentado e discutido esse conceito, assim como são elencadas algumas das principais áreas potenciais nos diversos continentes. (SANDWITH *et al*, 2001)

Segundo IUCN (op. cit), já em 1932, o *Waterton-Glacier International Peace Park* foi criado para comemorar a longa história de paz e amizade entre os Estados Unidos e o Canadá e também para enfatizar os aspectos da interação sob a ótica natural e cultural entre os dois países. E, desde então, muitas tem sido as iniciativas nessa direção, não apenas no que se refere a áreas protegidas efetivamente estabelecidas em zonas de fronteira mas também com relação à cooperação entre regiões vizinhas.

Neste sentido, desde 1997, a IUCN tem promovido a estratégia de Parques para a Paz como um mecanismo de fomento e cooperação regional para a conservação, prevenção de conflitos, reconciliação e desenvolvimento regional sustentável.

Muitos são atualmente os conceitos e definições usados para Parques da Paz e, freqüentemente, este termo é relacionado a áreas protegidas com um significativo passado de conflito.

No entanto, segundo a IUCN, Parques para a Paz são áreas transfronteiriças formalmente dedicadas à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais e para a promoção da paz e cooperação.

Evidentemente que esse conceito não se aplica diretamente a um parque urbano, inserido nos limites de um mesmo estado ou município mas ele funciona como inspiração para uma nova proposta, em construção,

“ ... a estratégia para valorização da paz pode se vincular também à gestão como uma alternativa para se trabalhar o conflito e a cidadania. ”

vinculada às áreas protegidas urbanas, submetidas a um elevado grau de pressão antrópica e tensão social. Nessas áreas, a estratégia para valorização da paz pode se vincular também à gestão como uma alternativa para se trabalhar o conflito e a cidadania. Assim, a área protegida passa a ter um valor simbólico ampliado e se internaliza no imaginário não apenas como possibilidade de lazer e contato com a natureza mas também como elemento central de qualidade de vida e dignidade para o cidadão urbano. Assim, um Parque Nacional pode se transformar, além de meio de conservação da base de recursos naturais em símbolo e veículo de novos valores.

O Contexto do Parque Nacional da Tijuca – Um parque urbano

O Parque Nacional da Tijuca foi criado em 6 de julho de 1961, através do Decreto Federal nº 50.92, sendo que em 08 de fevereiro de 1967, o Decreto Federal nº 60.183, alterou o nome do Parque Nacional do Rio de Janeiro para Parque Nacional da Tijuca, e definiu seus limites.

Parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica o Parque Nacional da Tijuca se constitui numa unidade de conservação de reconhecida importância ecológica, cultural e histórica (Plano de Manejo, 1981). Inserido na malha urbana da uma grande metrópole, teve seus limites corrigidos e ampliados em 2004, aumentando sua singular complexidade em termos gerenciais por conta da crescente e significativa pressão antrópica a que está exposto, inclusive, em suas novas áreas administrativas – conjunto Petro For-

ros/Covanca, Vila Rica e Parque Lage (conforme proposta de correção e ampliação de limites do Parque Nacional da Tijuca elaborada pela equipe técnica do Parque Nacional da Tijuca e apresentada à Diretoria de Ecossistemas do IBAMA em junho de 2004).

O Parque Nacional da Tijuca é gerido pela parceria entre o IBAMA e a Prefeitura do Rio de Janeiro, possuindo, atualmente, uma área de 3.953,22 hectares incrustada entre alguns dos principais bairros residenciais do Município do Rio de Janeiro, abarcando o Jardim Botânico, Gávea, São Conrado, Alto da Boa Vista, Tijuca, Grajaú, Jacarepaguá, Itanhangá etc, constituídos de assentamentos de baixa renda, classe média e alta, sendo que algumas dessas áreas apresentam alta concentração populacional, acelerado estágio de favelização e alarmantes índices de violência. Apesar da proibição de urbanização em áreas acima da cota 100, de acordo com a Lei Municipal nº 322/1976, a ocupação das encostas vem aumentando constantemente ao longo do século, incluindo-se as áreas dos Maciços da Tijuca e Serra da Carioca.

De acordo com o mapeamento de uso do solo elaborado pelo Instituto Pereira Passos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro, em 2000, constata-se que com base nos critérios de risco para a unidade de conservação, algumas favelas merecem atenção especial, não só pela possibilidade de degradação ambiental, mas também pela atuação de criminosos em assaltos aos visitantes e usuários, a ocorrência de acampamentos clandestinos e a paralisação de projetos socioambientais em desenvolvimento, tais como de educação ambiental e integração com as comunidades do entorno, em especial, Rocinha, Cerro Corá, Vila Rica, Guararapes, Borel e Dona Marta.

A comunidade da Rocinha, por exemplo, possui 56.304 habitantes (FGV, 2004), sendo uma das maiores favelas da América Latina e localizada na área de influência direta do Parque Nacional da Tijuca. Apresenta o mais baixo índice de

“ ... o trabalho desenvolvido nessas comunidades é necessário uma espécie de “concordância” informal das facções criminosas que comandam essas áreas. ”

escolaridade da cidade do Rio de Janeiro, sendo que 31,7% têm entre quatro e sete anos de estudos, além da quarta menor renda da cidade (R\$ 434,00) e 8,7% de desempregados, ainda segundo o Mapa do Fim da Fome II realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com a Ação da Cidadania.

O trabalho socioambiental versus a violência atual

Na Rocinha, especificamente na localidade denominada Laboriaux a equipe técnica do Parque vem construindo, em parceria com a própria comunidade, um projeto que visa reafirmar a participação da sociedade no desafio de preservar os recursos naturais do Parque Nacional da Tijuca. Trata, ainda, de minimizar o avanço da ocupação urbana sobre os limites da unidade, envolver os atores sociais na conservação ambiental e integrar meio ambiente, arte e cultura de forma a ampliar a participação do cidadão na gestão ambiental.

Em abril de 2004, por conta de um confronto armado entre facções do crime organizado, dez pessoas foram assassinadas como uma das consequências da violência, destacando-se a morte de dois policiais e quatro transeuntes. Devido a esse recente episódio, o projeto teve que ser paralisado para que não haja ameaça à integridade física dos participantes governamentais e da sociedade civil ao tempo em que está sendo re-estudado na perspectiva da inclusão de um novo componente que preveja a abor-

dagem da violência como um fator inerente ao trabalho com comunidades na malha urbana do Rio de Janeiro. Atualmente qualquer que seja o trabalho desenvolvido nessas comunidades é necessário uma espécie de “concordância” informal das facções criminosas que comandam essas áreas. Viabilizar essa concordância de maneira legalizada e com a rapidez em que as ações conservacionistas de proteção do entorno do Parque Nacional precisam ser realizadas é o grande desafio enfrentado pela equipe da unidade.

Apesar dos índices de violência da cidade, o Parque Nacional da Tijuca, continua desenvolvendo vários projetos com as comunidades do seu entorno usando a estratégia de trazer para dentro de seus limites esses atores sociais. Dentre os projetos podem ser citados: Educação por Natureza e Voluntariado (em parceria com a Fundação Roberto Marinho); Monitores Ambientais (parceria com o Instituto Terra Brasil); Ecoturismo e Visitas Guiadas (parceria com os Institutos Terra Limpa e Terra Brasil); Atendimento às escolas municipais (parceria com a Secretaria Municipal de Educação); Espaços Sagrados (em parceria com entidades religiosas); Mutirões (Sociedade de Amigos do Parque Nacional da Tijuca); Programa de Prevenção a Incêndios Florestais, com geração de emprego e renda, dentre outros.

O Parque conta também com projetos desenvolvidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro que protegem parte dos limites, empregam a mão-de-obra das comunidades, realizam intervenções urbanísticas nas favelas, tais como os Projetos Favela Bairro e Bairrinho, com implementação de infraestrutura e equipamentos urbanísticos; o Projeto Ecolimites, que objetiva a colocação de marcos físicos no entorno das unidades de conservação; e o Mutirão Reflorestamento que restaura a cobertura florestal das bacias hidrográficas e atua na prevenção da expansão das comunidades.

A construção de um novo conceito

O Parque Nacional da Tijuca possui atributos excepcionais de beleza

cênica e natural: maciços rochosos, quedas d’água, riachos, fauna e flora da Floresta Atlântica, mirantes e outros atrativos. O parque tornou-se, ao longo dos anos, simultaneamente, importante área de lazer e prática de esportes e ponto de atração turística nacional e internacional, visto nele estarem situados alguns dos marcos e símbolos da cidade e mesmo do país, tais como: estátua do Cristo Redentor no Corcovado, a Vista Chinesa e a Capela Mayrink.

Associada ao ufanismo que o carioca demonstra pelo Parque Nacional da Tijuca encontra-se a violência imposta pelo narcotráfico à população da cidade do Rio de Janeiro determinando, inclusive, códigos implícitos de divisão e uso de espaços públicos, em especial nas próprias favelas, onde os traficantes se apresentam como gerenciadores territoriais de direito.

Para Zaluar (1998) “a imagem da favela ficou registrada como área de precariedade urbana, como o lugar de carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade”. Ainda segundo a autora, com a chegada do tráfico de drogas, na década de setenta, “a favela passou a ser representada como um covil de bandidos, zona franca do crime, hábitat natural das classes perigosas”.

Apesar desse imaginário, constata-se que, mesmo nas favelas situadas em zonas de conflito armado, também existem substanciais redes de solidariedade a partir das quais, podem ser construídos novos conceitos e modelos que objetivem a preservação dos parques urbanos situados em metrópoles com altas taxas de violência, associando proteção da natureza, paz e solidariedade.

Trata-se de uma problemática complexa que envolve questões de habitação, urbanização, segurança pública etc, bem como a desconstrução de representações simbólicas. Entretanto, no entorno das unidades de conservação, onde se existem conflitos armados, não há como o poder público ambiental se ausentar ou ignorar tal situação.

A equipe do Parque Nacional da Tijuca vem enfrentando o desafio imposto o que se reflete, dentre outros aspectos, na continuidade de projetos para integração com as comunidades do entorno, mesmo em áreas que apresentam altas taxas de homicídios ou mortes, provocadas por conflitos armados. Tendo como instrumento a melhoria de sua efetividade na gestão, o parque desenvolve ações estratégicas e integrativas, que não excluem a participação de demais esferas governamentais e da sociedade civil organizada, na responsabilidade de atuação conjunta para a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos.

Destaca-se também a informação prestada à população do entorno, com relação à unidade de conservação, suas importâncias artísticas, históricas e ambientais e as formas de utilização deste espaço, a começar pelo seu conhecimento e a criação no imaginário dos cidadãos de um símbolo de natureza próximo que pode se harmonizar com a realidade de vida da cidade.

No contexto do pioneirismo das ações desenvolvidas pelo Parque Nacional da Tijuca, como o reflorestamento da unidade realizado no século XIX para assegurar o abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro e o primeiro Parque Nacional que compartilha a sua gestão com o poder local, entende-se que a perspectiva de se trabalhar no estabelecimento e difusão do conceito de **Parque Urbano da Paz** represente uma proposta inovadora e factível, a ser desenvolvida pelo Parque Nacional da Tijuca, através da incorporação do conceito nos seus projetos de manejo e de sua ampliação para as demais áreas protegidas que se caracterizam por esse quadro de confronto permanente entre a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento do entorno e a inclusão social, num ambiente crítico de violência urbana.

Além do exposto, entende-se que a adaptação de um modelo desenvolvido pela IUCN em parques associados a regiões de conflito (Parques da Paz), poderá permitir uma reflexão de base para a integração

entre a conservação ambiental e as demandas da população do entorno, o que tende a colaborar para a minimização de conflitos e violência urbana e, a associação das áreas protegidas ao imaginário de natureza, paz e solidariedade.

Conclusões e recomendações

A Mata Atlântica é hoje uma das florestas mais ameaçadas do mundo tendo, no Brasil, apenas 7% de remanescentes de sua área original. Menos de 2% desses remanescentes encontram-se hoje sob a forma de unidades de conservação de proteção integral, como os parques nacionais. No entanto, exatamente nos limites de ocorrência da Mata Atlântica encontram-se as maiores cidades e aglomerações urbanas brasileiras, abrigando 70% da população do país. Além das unidades de conservação já existentes em seu domínio, recomenda-se como ação específica para a conservação e recuperação da Mata Atlântica, a criação de novas áreas protegidas com o objetivo urgente de proteção de seus remanescentes (MMA, 2000).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) comemora seus quatro anos de existência, com a recente criação do Fórum Nacional de Áreas Protegidas, um espaço dedicado às amplas discussões que irão desde seu funcionamento até seus espaços de participação e controle social. Nesse sentido, torna-se necessária a discussão de propostas para a redução dos conflitos no entorno de unidades de conservação de proteção integral, bem como a reflexão sobre temas atuais, como a violência nos grandes centros urbanos brasileiros.

Apesar do "Estado de Violência" instalado, a cidade do Rio de Janeiro vem tentando reagir à situação, através da ação conjunta e proativa do movimentos social, debates públicos em larga escala, com a participação dos setores governamentais, não governamentais e sociedade civil; campanhas em favor da melhoria da imagem da cidade, no Brasil e no exterior, além da estratégia de fomento e multiplicação dos projetos de cunho social. Entretanto, não exis-

tem propostas que correlacionem questões de violência nas metrópoles e o compromisso de gestão da biodiversidade como parte integrante das ações que possibilitem a reversão da situação de tensão social na cidade do Rio de Janeiro.

O desenvolvimento e a aplicação do conceito de **Parques Urbanos da Paz** aos parques nacionais poderá contribuir, significativamente, à noção de cidadania, além de fomentar a ação pública com esse objetivo, proporcionar a integração da variável social nos processos de gestão, atrair investimentos publicitários que ajudem a divulgar a importância da conservação da biodiversidade e dos espaços protegidos e viabilizar um olhar direto ao conflito urbano. Mas, essencialmente, poderá representar, simbolicamente, um forte elemento estruturador, na medida em que agrega valores éticos e morais, conforme os princípios das Nações Unidas para a proteção da vida e dignidade humana, incluindo-se, entre estes, os valores de patrimônio ambiental, diretamente relacionados à qualidade de vida e bem estar coletivo.

Referências

- Fundação Getúlio Vargas (FGV) & Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. **Mapa do Fim da Fome II**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2004.
- Instituto de Estudos da Religião (ISER). **Epidemiologia das Causas Externas – Dados para a Tomada de Decisão: Indicadores de Violência e Acidentes no Rio de Janeiro**. ISER, Rio de Janeiro, 2002.
- Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal & Fundação Brasileira para a Conservação do Meio Ambiente (IBDF & FBCN). **Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca**. FBCN/IBDF. Rio de Janeiro, 1981
- IUCN. **Parks for Biodiversity: Policy guidance base don experience. Um Século de Favela**. Fundação Get ACP countries. Comunidade Européia/IUCN. 118p., 1999.
- MARINCIC, S. **Peace Parks in the Balkans – Prokletije, Sar-planina**. Paper prepared for the workshop on Transboundary Protected Areas in the Governance Stream of the 5 World Parks Congress, Durban, South Africa, 12-13 September, 2003.

MMA. **Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos.** CI do Brasil/S.O.S. Mata Atlântica/Fund. Biodiversitas/IPE/Secretaria do Meio Ambiente SP/SEMAD/IEF-MG. 40p., 2000.

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNES-

CO). **O Mapa da Violência IV:** Os jovens do Brasil. Juventude, Violência e Cidadania. UNESCO/ Secretaria Especial de Direitos Humanos/Instituto Ayrton Senna, 2004.

Prefeitura do Rio de Janeiro. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.** Secretaria Municipal de Urbanismo. Disponível em [banismo. Acesso em 02/06/2004.](http://www.rio.rj.gov.br/ur-</p></div><div data-bbox=)

SANDWITH, T., SHINE, C., HAMILTON, L.e Sheppard, D. **Transboundary Protected Areas for Peace and Co-operation.** IUCN, Gland: Switzerland, 111 p., 2001.

ZALUAR, Alba & Alvito, Marcos (Org.) 1998. **Um Século de Favela.** Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 370p.



Departamento de Ciências Sociais Aplicadas PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

- Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano
- Mestrado em Análise Regional

Grupos de Pesquisa

Centro de Estudos em Desenvolvimento Regional

Desenvolvimento de Tecnologias Sociais

Desenvolvimento e Tecnologia do Agronegócio

Economia Cultural

Turismo e Meio Ambiente

Desenvolvimento Econômico, Social e Tecnológico da Região Semi-Árida

Segurança Pública, Violência e Cidade

Desenvolvimento Endógeno

Laboratórios de Pesquisa

Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais

Laboratório de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento do Turismo

Laboratório de Arranjos Produtivos

Observatório Interdisciplinar de Segurança Pública